

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 29 de maio de 2023 - Ata n.º 45.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Arilson Chiorato** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **45.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^a Secretária da Assembleia, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 44.^a Sessão Ordinária, de 24 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Arilson, 1.^º Secretário *ad hoc*, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Arilson Chiorato – PT): Há Expediente, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.^º **439/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 361/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.489; Ofício n.^º **440/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 356/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.488; Ofício n.^º **441/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 286/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.485; Ofício n.^º **442/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 360/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.486; Ofício n.^º **443/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 359/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.487; Ofício n.^º **444/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 6/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.^º 21.490; Ofício n.^º **445/2023** do Gabinete do Governador, comunicando que vetou o Projeto de Lei n.^º 314/2023; Ofício n.^º **1321/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Professor Lemos; Ofício n.^º **1326/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil a requerimento do Deputado Batatinha; Ofício n.^º **1327/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento do Deputado Marcel Micheletto; Ofício n.^º **1329/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria do Estado da Educação, a requerimento do Deputado Goura; Ofício n.^º **1330/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná a requerimento da Deputada Marli Paulino; Ofício n.^º **1331/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a requerimento do Deputado Cobra Repórter; Ofícios n.^ºs **1332, 1406**

e 1414/2023, da Casa Civil, encaminhando respostas da Companhia de Saneamento do Paraná e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Do Carmo; Ofício n.º 1335/2023 da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria do Estado da Administração e da Previdência e da Procuradoria-Geral do Estado a requerimento da Deputada Maria Victória; Ofício n.º 1338/2023 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Ofício n.º 1390/2023 da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no âmbito da Companhia Paranaense de Energia – Copel, no mês de abril de 2023; Ofício n.º 1412/2023 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a requerimento do Deputado Ney Leprevost; Ofício n.º 1418/2023 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Evandro Araújo; Ofício n.º 16003/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 5362/2023 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comunicando a assinatura do segundo termo aditivo celebrado entre a Unioeste e aquele órgão, cujo objeto é a alteração da vigência do instrumento por mais 12 meses. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por proposição da Deputada Ana Júlia, o Grande Expediente de hoje é destinado para ouvirmos a Sr.^a Silvia Valim, Diretora Executiva do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Sindijor, que falará sobre a importância do jornalismo para o exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. Anunciamos aqui na Casa a presença do Sr. Célio Martins, Diretor-Presidente do Sindijor e Vice-Presidente da Federação Nacional de Jornalistas – Fenaj; da Sr.^a Silvane Maltaca, Diretora de Comunicação do Sindijor; e da Sr.^a Thea Tavares, Diretora de Ação para a Cidadania do Sindijor. Neste momento tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Ana Júlia, para fazer a saudação aos convidados e visitantes.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. Boa tarde a todas e a todos que nos acompanham, aos estudantes que estão aqui hoje acompanhando a

Sessão também. É com muita alegria que hoje temos o Grande Expediente para falarmos sobre esta categoria profissional tão importante que são os jornalistas. Agradeço e com alegria aqui recebemos a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, representados hoje pela jornalista Silvia Valim, Diretora Executiva do Sindijor e representante da Comissão de Mulheres da Federação Nacional dos Jornalistas. Agradeço também a presença do Célio Martins, Diretor-Presidente do Sindijor-PR e Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; da Silvane Maltaca, Diretora de Comunicação do Sindijor; e da Thea Tavares, conhecida nossa aqui da Casa, Diretora de Ação para a Cidadania do Sindijor-PR. No dia 7 de abril a Federação completou 76 anos, sempre ao lado da democracia, do povo brasileiro e da informação. A categoria acompanhou para consolidar a vitória das forças democráticas nas eleições de 2022, e foi uma das mais atacadas nos últimos anos. A violência contra os jornalistas faz parte de um processo muito maior de ataque à democracia, pautado a partir da precarização da profissão, da difusão de notícias falsas e do *lobby* por parte das *big techs* e do discurso de ódio. Atentar contra o exercício profissional dos jornalistas é atacar frontalmente a democracia. Hoje, os trabalhadores e trabalhadoras do jornalismo lutam em muitas frentes, mas uma das principais é a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 206/2012, que restabelece o diploma de graduação em jornalismo como critério único e imaterial para o acesso à profissão de jornalista. No Brasil e no Paraná a comunicação social precisa evoluir para ser encarada como um direito social do povo, assim como o acesso à educação, à saúde e à moradia. Por isso é importante zelar pelo cuidado e valorização da informação profissional, confiável e segura, e para garantir, junto com a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião, de expressão e de participação popular. Dito isso, reitero a importância de abrir este espaço para a manifestação do sindicato e escutar com cuidado a luta pela defesa do exercício profissional dos jornalistas. Parabenizo toda a luta do sindicato, que tem travado nesse último período, que tem lutado incansavelmente pelo reconhecimento da profissão, e por fazer dessa profissão tão importante para a democracia e pela liberdade de expressão e de opinião. Mas, para o acesso correto das informações é que vocês são tão

essenciais para o estado de direito. Parabéns a todos os jornalistas e ao sindicato. Obrigada por estarem nesta Sessão, aqui, hoje, junto conosco. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro também a presença na Casa da visita dos alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Curitiba, acompanhados pela Professora Linete Firma Rodrigues. Sejam bem-vindos. Concedo a palavra neste momento à Professora Silvia Valim.

SR.^A SILVIA VALIM: Muito obrigada, Presidente. Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Deputada Ana Júlia por propor nesta data a participação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e também a esta Casa por abrir espaço e mais uma vez nos receber neste Plenário. Nós jornalistas passamos nos últimos anos por uma série de ofensivas aos profissionais de imprensa no Brasil. Sofremos ameaças, injúria, difamação, misoginia, censura, um cenário de violência, disseminação da desinformação, precarização da profissão, redução de salários e destruição de direitos. Mais do que isso, sofremos ataques à credibilidade do jornalismo profissional, ético, sério e responsável. Agora tentamos enfrentar as forças que atuam para aniquilar o exercício profissional e recuperar tudo ao que foi resumido, a uma política de violência contra o trabalho e a cobertura de imprensa. É tempo de reconstruir o jornalismo e a profissão de jornalista no Brasil. É imprescindível o apoio dos governos em todas as suas instâncias, do Ministério Público, do Judiciário e, claro, também do Legislativo. Por isso, fazemos uso da palavra hoje aqui, neste espaço importante de representação da sociedade, mesmo espaço que recentemente aprovou por unanimidade o Projeto de Lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin que institui a Semana de Conscientização Sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia, espaço em que estivemos na semana passada, a convite também do Deputado Goura, para criar um protocolo integrado de comunicação às vítimas fatais do Estado. É neste espaço que contamos que, entre as batalhas mais urgentes da nossa categoria, está a necessidade de fazer uma reparação histórica e aprovar a Proposta de Emenda Constitucional n.º 206/2012, que restabelece o diploma de graduação em jornalismo para o acesso à

profissão de jornalista. Precisamos corrigir a falha cometida pelo Supremo Tribunal Federal, que, desde a decisão de 2009, estimulou o desmonte da profissão, o aumento de disseminadores de *fake news*, fraudes na contratação de trabalhadores do jornalismo, descontrole nos registros profissionais, redução salarial, entre outras afrontas a uma classe que exerce uma atividade que constitui um dos pilares da democracia no País. A banalização dessas afrontas e o estímulo constante à precarização das informações e do consumo de notícias sem o compromisso com a verdade empobrecem e robotizam a nossa sociedade. A PEC do Diploma está pronta para ser votada na Câmara dos Deputados e a Federação Nacional dos Jornalistas e os seus 31 sindicatos associados têm buscado convencer Parlamentares sobre a importância da formação profissional em jornalismo como direito fundamental, para que votem a favor da proposta. Até hoje temos na bancada de representantes do Paraná 19 manifestações favoráveis. São Parlamentares que não estão apenas do nosso lado, dos jornalistas, mas também da sociedade, reconhecendo a importância do direito constitucional e fundamental à informação. A regulamentação profissional é outra luta incorporada em nossa pauta diária. Com as novas plataformas de produção e divulgação de conteúdos jornalísticos, assim como o surgimento de novas funções, precisamos renovar a nossa normatização, cuja última alteração data da década de 1970. É urgente criar novas atribuições e assegurar que o trabalho de assessoria de imprensa em todos os locais de trabalho fique explícito como função privativa de jornalista profissional. Nesta oportunidade, reforçamos o apelo a esta Casa Legislativa para que fortaleça esta luta, primando pelo respeito e reconhecimento dentro e fora dos gabinetes, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, da carga horária, do piso salarial, do ambiente digno, de valorização do conhecimento e da dedicação de jornalistas profissionais. São esses, senhoras e senhores, os portavozes da democracia, que contribuem diretamente para o desenvolvimento social. É inaceitável que possa haver o descumprimento do que é um direito e um dever dentro de instâncias e esferas do poder público. Da mesma forma, é inadmissível a violência contra jornalistas. Os ataques são tantos que, no início deste ano, o Ministério da Justiça criou o Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas

e Comunicadores, uma solicitação que partiu da Fenaj em 2015. Coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça, o Observatório tem a proposta de atuar para cessar a onda de violência contra os jornalistas em todo o Brasil. Na primeira reunião, foi entregue por entidades de defesa do jornalismo um dossiê com 45 casos de violência contra jornalistas. O número foi levantado em apenas quatro dias, durante os ataques do início do ano, em Brasília, seguidos do desmonte de acampamentos de apoiadores do Ex-Presidente diante de quartéis militares. O documento inclui agressões físicas, humilhações, impedimento de trabalho e retenção de equipamentos e até mesmo pertences particulares de jornalista. Espero que os profissionais de imprensa que acompanham a minha fala não tenham passado por isso, mas talvez seja muito difícil que algum de vocês não tenha passado. Parlamentares, a audiência que acompanha a minha fala, tanto presencialmente como pela transmissão ao vivo da *TV Assembleia*, estudantes que nos acompanham aqui hoje, um ataque a um jornalista não é um ataque a uma pessoa, mas ao que esse representa para a sociedade. Quando o jornalismo é atacado, significa que a democracia também está em risco. É por isso que defendemos que esta seja uma atividade exercida por profissionais formados, que sabem que a informação não deve passar por cima da dignidade de pessoas, que têm compromisso com a responsabilidade social e com a verdade no relato dos fatos, como reserva o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Por fim, como representante do Paraná na Comissão Nacional de Mulheres Jornalistas e em consideração às milhares de mulheres que trabalham incansavelmente para manter a população informada, faço também um apelo ao fortalecimento das ações para reduzir as desigualdades no ambiente de trabalho, pela equiparação salarial, pelo fim do assédio materno, sexual e moral e para que tenhamos o mínimo de condições para existir com o direito de ter trabalho digno, seguro e decente. Agradeço a atenção e a presença dos colegas que aqui estão, seja na cobertura jornalística, na assessoria parlamentar e também representando a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou suspender a Sessão por instantes, para o registro fotográfico.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Registro a presença dos Vereadores de Ampére, Irio Barbieri e Odair Roas, por solicitação do Deputado Adão Litro; do nosso Prefeito James, de Rio Negro. Também seja bem-vindo à nossa Casa. Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Pares e distinta Mesa, o que me traz ao uso deste expediente nesta segunda-feira, dia 29 do mês de maio, é para aqui, Deputado Romanelli e Deputado Evandro, depois e antes de V.Ex.^{as}, cumprimentar a Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, presidida pelo Ex-Deputado Estadual, Ex-Chefe da Casa Civil, Guto Silva, - tendo como diretor de projetos também o pato-branquense, Vereador com mandato licenciado, Marcos Marini - que se propõe a fazer uma discussão com toda a sociedade paranaense, sociedade civil organizada, entidades representativas de categorias, poder público municipal, Câmaras de Vereadores, Prefeituras e junto, Deputado Romanelli, à Comissão de Orçamento, aquela que irá recepcionar a proposta do Plano Plurianual, uma previsão constitucional que, depois de apreciada, depois de relatada, temos como Relator já antecipadamente definido o Deputado Evandro Araújo, depois de ter o parecer da Comissão de Orçamento, esta Casa irá fazer o enfrentamento para aprovarmos o Plano Plurianual, que complementará ou que contemporizará os três anos seguintes do atual Governo e um ano para o Governo vindouro. Mas o que me traz, Sr. Presidente, a este espaço do Pequeno Expediente e quem sabe adentrar no horário da Liderança é o movimento em execução nacional dos servidores da Agência Nacional da Mineração, 664 servidores nacionalmente que compõem a agência que, no dia de hoje e no dia de amanhã, estarão paralisando as suas atividades em protesto, Sr. Presidente, em protesto ao Veto Presidencial n.^º 64/2022. Este assunto já foi por nós trazido a

esta Casa de Leis e o que nos traz novamente aqui é para solicitar desta Casa, Sr. Presidente, que possamos juntar forças, porque o que está em jogo é a estruturação das 11 Agências Reguladoras da nação brasileira. E a Agência Nacional de Mineração, salvo entendimento diverso, Deputada Cloara, é a terceira que mais arrecada no Brasil - em primeiro lugar, a Agência Nacional do Petróleo; em segundo lugar, a Agência Nacional, ANEEL, da energia; e, em terceiro lugar, Agência Nacional da Mineração, com uma arrecadação, que é o CFEM, que é a Contribuição Federal sobre Exploração Mineral, que está na Casa, Deputado Reichenbach, dos 10 bilhões e 300... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Luís Corti, V.Ex.^a usa um minuto ou fala no horário da Liderança?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Falo no horário da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Sessenta por cento dessa dinheirama, Sr.^s Deputados que já foram Prefeitos, vai para os municípios, Hussein Bakri, principalmente municípios lá como o seu, município com exploração mineral, município que explora areia e outros minerais. Sessenta por cento de tudo o que se arrecada vai para os municípios. A estruturação dessa Agência que tem como missão proteger o meio ambiente, dar segurança, Deputada Cloara, física e jurídica aos empreendimentos, e tem a missão de proteger a sociedade, mas ela busca também a efetividade na arrecadação de recursos como meio de poder estruturar o orçamento de cada um dos nossos entes. O Projeto de Lei e depois a Lei n.^º 14.514 foi votada e foi aprovada com mais de 85% dos Deputados Federais, com mais de 90% dos nossos Senadores e teve o Veto n.^º 64/2022, do qual, Professor Lemos, já pedimos o apoio das bancadas, para que se manifestem nacionalmente. E hoje, Sr. Presidente, a categoria para o Brasil. A nossa Agência no Paraná tem severos problemas, problemas de desestruturação. A Agência trabalha no registro de pesquisa e da lavra de cerca de 18 mil processos em nível de Brasil - divido isso por 27 estados, 26 e o Distrito Federal. Vamos ver que,

segundo relatos, temos um funcionário, um funcionário para cuidar da seção de direitos de um registro para um que queira fazer determinada exploração. Sinto um estrangulamento, Reichembach, para quem já foi Prefeito, dos municípios que não conseguem mais mexer em uma caçambada de cascalho sem que tenha o registro na Agência Nacional da Mineração. Importantes acontecimentos de cunho nacional já viraram notícia internacional, e quem não se lembra da fúnebre história de Brumadinho? Quem não se lembra de Mariana? Quem não se lembra dos Iaomâmis? Venho a esta Casa de Leis com o propósito de prestar solidariedade ao movimento da Associação Nacional de Servidores da Agência Nacional de Mineração para que possamos, em uma ação retumbante, mexer com o Congresso Nacional, para que o Veto n.º 64/2022 possa ser sucumbido em nível de Plenário e que os 95 cargos buscados pela Associação possam ser efetivados. Mas também e sobretudo que a lei que regulariza as estatais, a Lei n.º 13848/2019, que prevê, Sr. Presidente, equiparação entre todos os servidores da Agência. O TCU já apontou isso. A CGU já apontou isso. O Ministério Público Federal já apontou isso. E o que dizer, cara Deputada Victoria, que com linda expressão fez um manifesto em nome do nosso Estado no evento da semana passada, quando aqui no Paraná, pela grandeza do Governo que se faz aqui, representando o Brasil, o Paraná, Deputado Traiano, faz parte dos 38 países do mundo inscritos na OCDE - Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico. A OCDE veio ao Brasil, notificou que a Agência Nacional de Mineração está em dispar com as demais Agências do Brasil e que isso possa representar iminente perigo para a soberania nacional, para a defesa do meio ambiente, para a defesa dos povos indígenas e para a sociedade civil como um todo. Chamo aqui a união dos nossos Parlamentares para prestarmos, neste dia, solidariedade a tão importante categoria que ajuda na defesa da soberania nacional, da defesa civil e da sociedade como um todo. Era esse o registro deste Parlamentar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Agradecemos a presença do Vereador Jaime, de Paraíso do Norte, a pedido da Deputada Maria Victoria. Seja bem-vindo. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, estudantes que acompanham esta Sessão e público que também nos acompanha pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Quero inicialmente parabenizar a Deputada Ana Júlia pela iniciativa em trazer a direção do Sindijor; parabenizar na pessoa do Célio e da Silvia, que aqui explanou muito bem para nós um pouco da realidade que vivem os jornalistas. E foi com essa preocupação que no ano passado apresentamos o Projeto de Lei que agora é Lei, da Semana de Conscientização da Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia. Esperamos que realmente possamos fazer uma reflexão do que significa essa liberdade, porque aqui no relato... É um relato muito triste quando ouvimos a forma como grande parte dos nossos jornalistas é tratado, inclusive, Deputado Renato, a questão de ameaças, a violência de diversas formas, inclusive de ameaças. Isso é muito ruim para a democracia do nosso País. Quero aqui reforçar a importância que tem essa Lei, quando tratamos naquilo que se refere à liberdade também de imprensa. Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, faço uso da tribuna para convidar aqui, reforçar um convite que já foi enviado aos Deputados, principalmente do Bloco da Agricultura Familiar e também da Comissão do Meio Ambiente. Na próxima quinta-feira, dia 1.^º de junho, a partir das 9 horas, teremos uma Audiência Pública na sede da Amsop, em Francisco Beltrão. Teremos uma Audiência Pública sobre a água. Essa Audiência Pública está sendo organizada pelo Bloco da Agricultura familiar, quero aqui reforçar a todos os Deputados que compõem esse Bloco, e pela Comissão do Meio Ambiente, o Deputado Arilson, que preside essa Comissão, também estará conosco lá. E aqui fica o convite para todos os demais Deputados que compõem a Comissão do Meio Ambiente, também pela Diocese Palmas, de Francisco Beltrão, e pela Pastoral da Ecologia Integral. Essa Audiência Pública é muito importante, porque vamos fazer o debate sobre a água. A água que é tão importante para a nossa vida, ou melhor dizendo, sem ela não existe vida. Então, queremos neste dia fazer uma reflexão sobre como está sendo feito hoje o tratamento próprio da água, essa questão desse bem tão essencial, bem que é finito - infelizmente muitas vezes tratado como se fosse infinito, mas é um bem finito e que precisamos, sim, nos dar conta de que precisamos nos

conscientizar cada vez mais da forma, do tratamento que temos que ter com relação à água, com relação a tudo aquilo que se refere à água, inclusive na questão da proteção das matas, das nossas minas naturais, das nossas fontes. E isso tudo vai ser debatido nessa Audiência Pública, Deputado Renato, inclusive a própria questão da contaminação da água hoje - como está, que grau está a contaminação da água. Então, fica aqui o convite para todos os Deputados e Deputadas que puderem comparecer nessa Audiência Pública. Com certeza, todos serão bem-vindos, e o debate ficará ainda mais rico com a presença dos Parlamentares. Reforço aqui, no próximo dia 1º, às 9 horas da manhã, na sede da Amsop, em Francisco Beltrão. Também dizer que na manhã de hoje estivemos participando da posse do Superintendente no Estado do Ministério da Saúde, o Luiz Armando Erthal, que assumiu na manhã de hoje como Superintendente e que traz consigo uma grande missão de representar e de defender cada vez mais o Sistema Único de Saúde - foi nesse sentido a sua fala, a importância que tem o SUS na nossa vida. O SUS que hoje atende cerca de 190 milhões de brasileiros. Desses 190 milhões de brasileiros, Deputado Romanelli, cerca de 80% dependem exclusivamente do SUS. E sabemos que muitas vezes as pessoas falam que não dependem do SUS, mas, a partir do momento em que ela entra em uma lanchonete, a partir do momento em que ela entra em um restaurante, o SUS já esteve lá presente pela Anvisa, fiscalizando e dando toda a garantia de que as pessoas vão ser atendidas e vão ter a garantia também da saúde dessas pessoas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Também para falar aqui que o SUS está presente... Cerca de 96% dos órgãos transplantados são pessoas que fazem esse transplante pelo SUS, 96% dos transplantes é pelo SUS. Então, é importante dizer aqui, além do tratamento do câncer, além das consultas, de todo o tratamento da saúde que o SUS hoje oferece, e sabemos que são tratamentos muitas vezes que sem eles as pessoas

não estariam vivas. Então, é muito importante. Por isso estamos aqui sempre na defesa do SUS. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, servidores desta Casa, população curitibana e paranaense que nos assiste, em especial nossos alunos, estudantes que prestigiam esta Casa com as suas presenças. Estou aqui hoje para falar de um dos principais problemas do nosso estado. Eu, Renato Freitas, morador de Piraquara, de Almirante Tamandaré, de Colombo, de Pinhais e de Curitiba não tinha tido a oportunidade de conhecer a fundo o nosso Estado, não tinha viajado para os diversos municípios do Interior e, na última visita que fiz, fiquei espantado por andar por horas, horas e mais horas nas avenidas estaduais e presenciar ao meu lado cemitérios, desertos que não acabam. A que tipo de cemitério me refiro? Aqueles chamados de latifúndios, onde se planta soja, mas não se planta comida que alimenta as mesas; onde se criam os gados, mas a carne no açougue mais perto de casa é inacessível às pessoas pobres. A soja vira ração para o gado na China, nos Estados Unidos, na Europa; o gado é exportado. Uma pessoa só ser proprietária de terras que os olhos não alcançam é crime. *Ah, mas não está no Código Penal!* Então, isso é ilegal. *Não, mas o direito diz que pode.* Então, é antiético. O mundo que Deus criou não foi criado com cerca, e quem cercou incorreu no pecado da ambição, do egoísmo. Pergunto para vocês jovens: Como pode uma família ser dona de uma fazenda do tamanho do município que você mora? Do tamanho de Pinhais? Uma fazenda! Sabe o que isso gera? Isso gera concentração de terras. E o que gera concentração fundiária de terras, gera concentração econômica. Um coronel dono das terras, dono do dinheiro. Quando tem concentração de terra, concentração do dinheiro, tem também concentração política. O clientelismo: Ou vota em mim, ou não tem emprego na minha fazenda para você! Ou vota em mim, ou a obra da tua rua não será realizada, porque eu

sou o poder, eu sou o coronel. Coronelismo, vocês aprenderam isso, mas eles ensinam que só existe no Nordeste, e quando você vai ao Interior do Estado você percebe que o coronelismo existe. E esta Assembleia é expressão do coronelismo, e nós sabemos disso. *Ah, mas o agro produz.* Mentira! O latifundiário não produz. Aqui é cheio de latifundiário - peço para ver a mão de cada um, e nenhuma delas tem calos, cicatrizes da enxada. Os latifundiários não trabalham, quem trabalha é o agricultor pobre, sofrido, João, sem-terra, das mãos arrebentadas. A esse, todo o meu respeito; mas àqueles que herdaram terras, herdaram o poder, esses destroem todos os dias a democracia, porque a democracia só existe se eles estiverem no poder. E infelizmente estão. Estão aqui no Paraná, estão em Brasília. Os coronéis ainda continuam a dominar o nosso País. E estranhamente, ao invés de haver uma CPI para investigar esses multimilionários que detêm toda a terra para que a população morra de fome, o Congresso, na mão deles, preferiu fazer uma CPI para investigar os trabalhadores que querem dividir a terra, os chamados sem-terra... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Os pobres que já cumprem pena de pobreza estão sendo investigados por serem pobres! E os investigadores são os ricos, herdeiros que não têm uma carteira de trabalho registrada. Eles que não usam escola pública; não usam a saúde pública; não usam o transporte público; apresentam-se como a voz da razão, a voz do poder público. Essas pessoas não são pessoas públicas, eles vivem em condomínios fechados, em latifúndios fechados, usando os melhores hospitais particulares, usando segurança particular, transporte particular, muitas vezes de jato, de avião ou de helicóptero, e também não usam a saúde pública. O povo detém o poder e deve... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, seu tempo...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só para terminar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Nós, o povo, exigimos reforma agrária já. Somos o único país da América Latina que não teve reforma agrária, por isso as desigualdades no Brasil são maiores do que os outros países. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pelo PSD, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, prezada Deputada Maria Victoria, demais integrantes, Deputado Presidente e demais membros da Comissão Executiva. Vim aqui para falar sobre o orçamento participativo, mas não posso deixar de reconhecer a fala do Deputado Renato Freitas, que fez uma leitura sobre a visão que ele tem sobre a questão do agronegócio no Brasil. Penso assim, que o Brasil hoje... A Fundação Getúlio Vargas divulgou os dados do primeiro trimestre de crescimento da economia, de 1,6% - o dobro do que previam os especialistas. Obviamente o Governo Federal está celebrando esses números, porque afinal de contas são bons, estamos com o PIB crescendo e a inflação desacelerando. E a base do crescimento acima da expectativa é o agronegócio, é a atividade da agropecuária no Brasil que fez esse diferencial. Quem anda pelo Paraná sabe que temos vagas abertas em praticamente todas as regiões de atividades vinculadas ao agronegócio, especialmente na região Oeste, Sudoeste, aliás, de onde inclusive ouvimos relatos, como disse bem o Deputado Corti aqui. Então, acho que a questão que envolve a reforma agrária... Todos nós sabemos, reforma agrária é fundamental como forma de incluir socialmente parcela da população que vive à margem deste processo, mas indiscutivelmente penso que em um País com as dimensões continentais como o nosso cabem todos, tanto os que produzem em alta escala, com tecnologia, que são fundamentais na balança comercial do nosso País, como também dos que desenvolvem a agricultura familiar, que sei muito bem, até pelo período que fui gestor da política de segurança alimentar e nutricional do nosso Estado do Paraná. O que queria dizer às senhoras e aos

senhores é primeiro do meu sentimento de gratidão às Deputadas e aos Deputados que participaram das Audiências Públicas que fizemos sobre o PPA Participativo da Rede 399, em uma parceria com o Secretário Guto Silva, do Planejamento, com uma dinâmica muito interessante. Quero agradecer aqui, porque oito Parlamentares desta Casa participaram. Oito Parlamentares, além de mim e do Deputado Evandro Araújo, ou seja, 10 Parlamentares estiveram diretamente participando, ou seja, 20% desta Casa participou ativamente dessas quatro Audiências Públicas que realizamos. No município de Castro, na quinta-feira pela manhã, com a presença do Deputado Moacyr Fadel; no período da tarde, em Ponta Grossa, com a presença da Deputada Mabel Canto e inclusive do Secretário de Infraestrutura e Logística, o Sandro Alex, da Prefeita Elizabeth e dos Prefeitos da região. Agradecer à Prefeita Elisângela Pedroso, que é Presidente da AMCG; ao Prefeito de Piraí do Sul, o Henrique, que também fez falas importantes, apresentando o Paraná Produtivo nas reuniões. No Sudoeste do Paraná, na nossa querida Francisco Beltrão, tivemos a presença dos Deputados Luís Corti, Wilmar Reichembach, Luciana Rafagnin e Adão Litro, além de mim e do Deputado Evandro Araújo, que é o Relator da Comissão de Orçamento. Fomos recebidos pelo Vice-Prefeito, o Antonio, que foi extremamente gentil e generoso, além de todos os Prefeitos. Aliás, agradecer ao Presidente da Amsop, o Prefeito de Coronel Vivida, o Anderson Barreto, que fez as articulações na região, tanto na região de Francisco Beltrão como em Pato Branco; e também em Pato Branco, com a participação desses Deputados que referenciai e também do Deputado Luiz Fernando Guerra. Foram reuniões extremamente importantes. Esta Assembleia está fazendo algo inédito, estamos levando o debate sobre a questão da construção do Plano Plurianual, como todos sabem, talvez muitos não consigam ter a visão do todo, mas debater com a sociedade civil organizada como vamos investir, onde vamos gastar e aplicar os 270 bilhões que serão, que é o PPA, o Plano Plurianual, que é o orientador do gasto do orçamento do Paraná para os próximos quatro anos. Só no ano que vem, nosso orçamento será de R\$ 63 bilhões e 700 milhões, e vamos realizar essas Audiências Públicas, essa parceria inédita com a Secretaria do Planejamento para elaborar o Orçamento Participativo

no Paraná. E inovando, trazendo um debate, uma discussão para toda a sociedade civil organizada, faremos as reuniões em todas as regiões do Paraná, pela Comissão de Orçamento, com a Secretaria do Planejamento e com a participação proativa das Deputadas e dos Deputados desta Casa. Olha, fiquei orgulhoso da participação de oito Parlamentares nas Audiências Públicas. É demonstração de compromisso, de responsabilidade. Também a participação de Prefeitos e Prefeitas, Vereadores, Vice-Prefeitos, Vereadoras, ou seja, tivemos uma participação da sociedade civil organizada, de todos aqueles que estão hoje participando da Rede 399, do Programa Paraná Produtivo, que, como todos sabem, articula a sociedade civil organizada. O Paraná Produtivo ainda não está no Oeste e no Sudoeste, mas o Sudoeste do Paraná indiscutivelmente é uma das regiões mais organizadas. Aliás, recebemos a Carta do Sudoeste, que é um documento robusto do ponto de vista daquilo que tem que constar necessariamente no Plano Plurianual de investimentos do Paraná. Creio, Deputado Luís Corti, agradecendo a V.Ex.^a e a todos os demais Parlamentares, que foram extremamente proativos nesse debate, nessa discussão, e certamente teremos muitos avanços, porque faremos, Deputada Cloara, o debate também em Londrina. Nos próximos dias 22 e 23 de junho, - ainda a confirmar, mas muito provavelmente - faremos no Norte Pioneiro, em Santo Antônio da Platina, a reunião do Norte Pioneiro. Faremos a reunião no dia 23 em Cornélio Procópio e estamos ainda por marcar em Londrina, provavelmente, e em Telêmaco Borba, ou seja, estamos montando essa agenda. Também faremos no Oeste, em Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, ou seja, andaremos pelo Paraná levando a boa-nova, que é trazer a participação popular, o controle social também sobre aquele instrumento fundamental de planejamento da administração pública. Aliás, para concluir minha fala aqui, quero lembrar às Sr.^{as} e aos Sr.^s Parlamentares, que já fizeram um número relativamente significativo de Emendas à nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o prazo se encerra hoje para que possa ser protocolado através do Sistema Eletrônico de Informações - nosso processo legislativo é todo eletrônico. Ao mesmo tempo, amanhã vamos divulgar os resultados, para que possamos, nos próximos 20 dias, trabalhar com a relatoria do

Deputado Evandro Araújo, que, aliás, esteve presente em todas as reuniões, pela responsabilidade que tem. Como todos sabem, a Comissão de Orçamento é uma Comissão especializada; o Relator tem uma grande responsabilidade de trabalhar com os dados que são fundamentais e, ao mesmo tempo, temos que ser didáticos, temos que demonstrar como é aplicado o dinheiro público, o que é despesa corrente, o que é despesa de capital, quais são os investimentos que vamos fazer, quais são as obras prioritárias, quais são os instrumentos que vão alavancar o desenvolvimento do Paraná, e fazer isso de forma muito responsável. Então, quero agradecer ao apoio técnico que tivemos das assessorias de todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares que estiveram participando desse processo, da Comissão de Orçamento, enfim, de todos que apoiaram a realização do evento. Mas, fundamentalmente, de coração, agradecer muito a participação de todas as Deputadas e Deputados, que tiveram o papel de protagonistas nessa nossa primeira rodada para fazer o debate sobre o PPA Participativo, do Orçamento Participativo, que indiscutivelmente é um grande avanço. E cumprimentar mais uma vez e agradecer ao Deputado Guto Silva, o nosso Ex-Deputado Guto Silva, Secretário do Planejamento, a toda equipe, ao Governador Ratinho pela parceria. O Governador está estimulando esse debate com a sociedade civil organizada...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Penso que vamos conseguir avançar muito e trazer muitas demandas, como, aliás, já recebemos nesses quatro encontros que fizemos para debater o futuro do Paraná, porque o que está em jogo quando falamos em aplicar R\$ 271 bilhões é justamente o que é fundamental para a sociedade paranaense. Evoluir, repartir renda, diminuir a desigualdade social, promover o crescimento, respeitando o equilíbrio de todas as regiões, fazer com que o Paraná possa prosperar como um todo, que é uma questão fundamental. Era isso. Obrigado a todas e a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, já havia dito a V.Ex.^a que não poderia estar no evento, até porque já tinha uma programação de inauguração de obras na cidade onde fui Prefeito. Então, é bom que isso fique aqui evidenciado, porque o único Deputado que não esteve presente lá do Sudoeste foi o Deputado Traiano. Quero aqui, com a atenção de todos os Sr.^s Deputados e Deputadas, apresentar o Governador eleito de Alto Paraná, no país vizinho Paraguai, Cesar Torres, que nos dá o prazer da visita aqui. Tomará posse em agosto como Governador de Alto Paraná, no Paraguai. Vossa Excelência deseja usar da palavra, Governador? Fazer um convite? Pois não.

SR. CESAR TORRES: Muito obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os Deputados. Agradeço pela oportunidade. Hoje vim para cumprimentar também o Governador, que me recebeu. Também agradecer por esta honra de participar aqui com vocês, conhecer um pouco da experiência que tem aqui no Estado do Paraná, que é uma referência não só em nível de Brasil, mas mundial, podemos falar, por tudo o que estão fazendo. Então, queríamos também, de certa maneira, ter a experiência que vocês têm, esse conhecimento, e poder levar ao nosso estado de Alto Paraná, que é vizinho do Paraná, um rio é o que nos divide. Então, muito obrigado pela oportunidade, Presidente, de cumprimentar as Sr.^{as} e os Sr.^s Deputados. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Governador Cesar Torres foi Prefeito de Santa Rita, uma das principais cidades do estado, foi reeleito, renunciou o mandato para disputar a eleição de Governador e foi eleito Governador. Seja bem-vindo à nossa Casa. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto o Professor Lemos se prepara para falar, gostaria de saudar o nosso Governador, em nome da nossa base do Governo Ratinho Júnior, e desejar ao Governador eleito sucesso. Que Deus o abençoe na sua jornada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença aqui também do Vereador de Almirante Tamandaré, Sr. Manoel Franco, por solicitação do Deputado Nelson Justus. Seja bem-vindo. Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas; cumprimentar a população que nos acompanha nesta Sessão, seja nos honrando com suas presenças aqui na Assembleia, seja também a distância; cumprimentar também aqui a população do Paraguai, ao cumprimentar o Governador eleito Cesar Torres, eleito para governar o estado de Alto Paraná, estado vizinho ao nosso Estado do Paraná. Quero hoje dividir a minha fala em dois momentos. Primeiro, quero retomar aqui aquela discussão com relação à destituição de diretores e diretores-auxiliares dos nossos colégios e escolas do Estado. Na semana passada, tivemos a exoneração da função de diretor e diretor-auxiliar no Colégio Professora Edimar, em Almirante Tamandaré. No final de semana, recebemos a informação no domingo de que, na cidade de Curitiba, a comunidade escolar do Colégio Euzébio da Mota foi surpreendida no domingo à tarde que a direção havia sido então destituída. E isso se tornou prática comum - destituir as direções de escolas que foram eleitas pela comunidade escolar, em um pleito organizado de modo democrático, e que a maioria dos pais, estudantes, professores e funcionários de escolas compareceram e escolheram. Aí, tem-se usado uma resolução que tem alguns critérios impossíveis de serem aplicados em alguns colégios, em determinados momentos - aí se escolhe aquele momento, daquele ano, desconsiderando todo o restante do tempo trabalhado com essa escola. Tivemos um caso em Colombo, o colégio cuja direção foi destituída é o colégio que alcançou o maior Ideb de Colombo. Opa, então não é por conta do Ideb! Quais as razões que estão levando

a Secretaria de Estado da Educação a destituir direções de escolas? Isto é inaceitável, isto é um desrespeito com a vontade manifestada pela comunidade escolar quando foi às urnas e escolheu diretores e diretoras para fazerem a coordenação político-pedagógica e administrativa das escolas. É preciso suspender com urgência essa resolução e a aplicação dela nas nossas escolas; é preciso corrigir também a injustiça feita com direções que foram afastadas, chamando de volta esses diretores e diretoras, porque eles foram injustiçados. Então, fica aqui mais uma vez o registro da nossa parte contra este absurdo. E, conversando com o Deputado Hussein Bakri, ele já está convocando uma reunião da Comissão de Educação para esta semana, ele está articulando para que seja já na próxima quarta-feira, com o Secretário e a Comissão, vamos tratar deste tema para que se suspenda este *modus operandi* da Secretaria de Estado da Educação, porque estamos fazendo uma leitura de que está se fazendo uma perseguição a algumas direções. Porque se for aplicar para todas as nossas escolas, acabaremos então destituindo praticamente todas as direções e colocando no lugar interventores e interventoras, sem passar pelo crivo da comunidade. Isto não é o que estabelece a Constituição Brasileira, que diz que a educação pública no Brasil será então por gestão democrática, será administrada por gestão democrática. Então, isto não é gestão democrática, isto é antidemocrático. Então, mais uma vez, fica aqui o nosso apelo ao Governador, que suspenda imediatamente este ataque à democracia, este ataque à educação pública no Estado do Paraná. Quero também tratar aqui... Na verdade, quero neste momento me solidarizar com o MST e todas as lideranças que lutam por reforma agrária no nosso País. O MST é o maior movimento que faz esta luta e cobra que o Estado Brasileiro cumpra a Constituição e cumpra também com o Estatuto da Terra, fazendo com que a terra cumpra com a sua função social, fazendo com que a terra produza alimentos, alimentos saudáveis, produza riqueza para o nosso povo. Então, estamos acompanhando a instalação de uma CPI que começou tumultuada, com muitas *fake news* sendo espalhadas contra a reforma agrária e contra também acampados, assentados, contra quem luta para democratizar a terra no Brasil. O Movimento Sem Terra, o mais conhecido e o

maior, o mais organizado é o MST. Aqui no Paraná temos hoje mais de 300 assentamentos, passa de 330 assentamentos consolidados, organizados com 23 cooperativas, por exemplo, cooperativas muito boas de produção, de comercialização, também de transformação, que temos agroindústrias. Mesmo nas áreas que são ainda acampamentos, que são 83 áreas, lá encontramos organização e muita produção. Sabemos que no Paraná e no Brasil temos muitas terras que podem ser colocadas à disposição do Incra para fazermos reforma agrária, terras chamadas devolutas. Temos terras inclusive que são griladas e que ainda alguns latifundiários estão ocupando essas áreas, mas elas precisam ser entregues de volta para o Incra para assentar famílias que têm vocação para produzir e produzir alimentos. Então, estamos acompanhando. Quero aqui mais uma vez me dirigir à população do nosso Estado, pedir o apoio à reforma agrária, pedir o apoio à luta de milhares de famílias que ainda no Paraná e no Brasil precisam de um pedaço de chão para ali produzir, viver com dignidade com sua família. Então, temos muitas terras. No Paraná chega a 19 milhões de alqueires e pelo menos 2 milhões de alqueires, Doutor Antenor, é público, mas está na mão de alguns que usaram da chamada grilagem, pegaram essas terras e não querem devolver para serem partilhadas. Temos áreas que têm proprietários, têm títulos e que têm disposição para vender, já colocaram à disposição para vender. Que o Incra também faça... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): E temos áreas, Sr. Presidente, que a dívida que o empresário tem precisa ser quitada, e parte dessas terras pode ser entregue ao Incra para fazer a reforma agrária. Temos terras no Paraná que estavam sendo usadas para plantar maconha, para fazer o crime e que já foram inclusive arrecadadas pelo Estado, mas precisa transformá-las agora em assentamentos. Então, viva a reforma agrária! Parabéns à luta dos camponeses. Parabéns, ao MST.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Irati, Amauri Cesar Jacumasso, e do Vereador de Prudentópolis, Lademiro Budnik, por solicitação do Deputado Luís Corti. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; estendo os meus cumprimentos ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; cumprimento os jornalistas, que levam a informação, presentes nesta Casa Legislativa; e cumprimento a população que nos assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, utilizo a palavra nesta nobre tribuna, neste local em que representamos a sociedade paranaense para externar os meus agradecimentos a um grupo seletivo de policiais que tem dado um exemplo único aqui no Estado do Paraná. Digo respeito a policiais que trabalharam até pouco tempo no 8.^º Distrito e lá, Sr. Líder do Governo, bem representando o Governo do Estado, bem representando o Governo Ratinho Júnior, realizaram inúmeras operações, centenas de prisões, com um trabalho profícuo em prol da segurança pública, em prol da nossa sociedade. Foram muitas investigações a cargo do Delegado Dr. Silas Roque dos Santos, que é um exemplo de conduta, de trabalho. Obrigado, Dr. Silas, pelo trabalho que o senhor realiza em prol da Polícia Civil do Estado do Paraná. O senhor honra a Polícia Civil do Estado do Paraná. Cumprimento também os policiais que fazem parte da equipe ou que faziam parte da equipe: o policial Eliseu Ariveraldo dos Santos Prevedello, o policial Hemio William Brito, a policial Viviane Pissaia Goulart, a policial Vera Lúcia Rodrigues Gaia, a policial Gracielle Bortolini Affonso, o policial Roberto Pierre da Silva e a policial Sandra Souza de Almeida. Motivo pelo qual, Sr. Presidente, pedimos que seja ofertado a eles o título de congratulações e honra ao mérito pelo trabalho realizado e que isso faça parte de sua folha funcional junto ao GARH. Realizaram eles, Sr. Deputado Romanelli, há pouco tempo, Sr. Líder do Governo, uma prisão exemplar de um bandido, de um criminoso, de um agiota que praticava extorsões. Quando da prisão, Sr. Líder do Governo, o criminoso ofertou a eles um veículo - é isso

mesmo - um veículo Camaro para que não fosse feita a prisão, um veículo de alto custo econômico. Para quem não conhece, é um veículo superesportivo da Chevrolet, de mais de 400 cavalos de potência, um verdadeiro *muscle car*, para que esses policiais não realizassem a prisão. O que esses policiais fizeram? Cumprindo sua função, mostrando como a nossa Polícia Civil aqui é exemplar, Sr. Líder do Governo, e deram voz de prisão em flagrante a esse criminoso que ofertou o Camaro. Quem é do ramo policial sabe que se má-fé tivessem, se fossem criminosos e fossem bandidos, dificilmente seriam descobertos, porque não existe um controle sobre a atuação policial naquele momento. Então, meus parabéns a esses policiais que dignificam a Polícia Civil do Estado do Paraná. No entanto, Sr. Líder do Governo, tomei ciência através do Dr. Silas que essa operação que redundou na prisão desse criminoso que ofereceu o veículo, isso tudo filmado, restou na absolvição desse criminoso, por incrível que pareça. Os policiais estão revoltados, o delegado está insatisfeito, a sociedade reclama por uma postura mais rigorosa por parte do Poder Judiciário, porque a polícia trabalha e infelizmente o Judiciário coloca na rua. No caso concreto, Sr. Líder do Governo, os policiais receberam a proposta desse veículo para não realizar a prisão. Ora, quem conhece o Direito Penal, quem sabe que o crime previsto no art. 333... Tenho o Código Penal aqui em mãos, que é o Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940. O art. 333, que é corrupção ativa, é um crime formal. O que significa isso? Que simplesmente com a oferta o crime, já se consuma. Existem os crimes formais, existem os crimes materiais e de mera conduta. Senhor Requião Filho, o crime do art. 333 é um crime formal, então o flagrante está exaurido e encerrado, e assim agiu o Dr. Silas, Delegado do 8.º Distrito. No entanto, Sr. Líder do Governo, o processo tramitou e, ao final, esse criminoso foi absolvido. Mas será que ele foi absolvido por que é inocente? Será que foi absolvido por que ele não ofertou o valor econômico através de um Camaro para obter a liberdade? Será que ele foi absolvido por que não adequou sua conduta atípica ao previsto no Código Penal? Não. Uma interpretação da 12.^a Vara Criminal considerou que quando esse criminoso foi levado à Delegacia, frente ao Delegado, que filmou tudo, que filmou tudo, frente ao Delegado, deveria o Delegado, então, ler os direitos dele no

momento, no momento em que ofertava o valor econômico ilícito. É isso, Senhores. Deveria chamar o advogado para ouvir junto, para ouvir junto à proposta ilícita. Por isso o Brasil é o Brasil da impunidade. Não estamos falando em interrogatório, Senhores, estamos falando em momento anterior ao interrogatório do flagrante. Então, o criminoso oferece um Camaro e o processo tem como consectário, como corolário a absolvição. São dois pesos e duas medidas. Vemos uma legislação rigorosa ser aplicada em determinados casos, e vemos a impunidade prosperar contra o trabalho da polícia. Isso desmotiva nossos policiais, nossos investigadores, nossos escrivães e nossos delegados. Como representante da Polícia Civil do Estado do Paraná, fica aqui o meu voto de congratulações e a esse trabalho maravilhoso desenvolvido pelo Dr. Silas e por seus investigadores, que prenderam em flagrante delito por corrupção ativa, de acordo com art. 333 do Código Penal, esse criminoso que ofertou o veículo. E fica aqui minha nota de repúdio à decisão judicial que buscou uma interpretação extremamente garantista. Senhores, o Direito nós conhecemos, é a ciência do dever ser, que permite muitas interpretações, e não quero mais tratar aqui de interpretações, mas que permitem muitas exegeses, muitas hermenêuticas; e não podemos esquecer, olvidar que temos uma sociedade que tem que ser defendida. E quando criminosos são colocados na rua e absolvidos, qual é o recado que se passa para a sociedade? Qual é o recado que se passa para os policiais, investigadores e escrivães? Que o crime prospera, Sr. Líder do Governo. Que o crime prospera, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. Que o crime prospera, Sr. Líder da Oposição. Não podemos aceitar isso! Fica os parabéns à Polícia Civil do Estado do Paraná, do Governador Ratinho Júnior, que deu um exemplo de trabalho e de dignidade. Não cumpriu mais do que a obrigação em ser honesta, mas foi além ao revisar uma difícil investigação, mostrando competência, mostrando dedicação. É a Polícia Civil que funciona, Sr. Líder do Governo. Não temos a melhor Polícia Civil do mundo, Sr. Líder do Governo, mas temos a melhor Polícia Civil de todos os outros estados da Federação. E digo isso porque conheço, digo isso porque já fui Delegado em Minas Gerais e, data máxima vénia ao estado mineiro, data máxima vénia à goiabada deles, que é melhor, data

máxima vénia ao doce de leite deles, que é melhor, a nossa Polícia, Sr. Líder do Governo, é melhor que a deles. Quiçá, como já disse em momento anterior, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, tenhamos o nosso próximo Presidente da República alguém do Sul do País, alguém como o nosso Governador Ratinho Júnior, competente, dedicado e honesto, que possa representar bem o povo brasileiro. Ficam aqui então os meus votos de louvor e parabéns aos policiais civis do 8.^º Distrito, ao Dr. Silas e aos demais investigadores que nomeei em momento anterior. Fica a minha nota de repúdio à decisão da 2.^a Vara Criminal, e espero que seja modificada pelo Tribunal de Justiça. E ficam os meus parabéns ao Governador do Estado, Ratinho Júnior, Sr. Líder do Governo, pelo trabalho maravilhoso em prol da segurança pública. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, com pesar, anunciamos o falecimento do Ex-Deputado Federal Basílio Villani, sogro do nosso Diretor Superintendente do IAT, Everton, ocorrido hoje pela manhã, em Joinville. Deputado Basílio foi constituinte e foi um grande Deputado Federal do Estado do Paraná. Próximo orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e demais colegas, todos já foram devidamente informados, mas nunca é demais relembrar que amanhã, não é, Sr. Presidente, teremos a presença aqui do Secretário da Fazenda, Dr. Renê, que estará prestando esclarecimentos em relação à situação financeira do Estado. Quero cumprimentar aqui o Diretor-Geral do Detran, Adriano; nosso sempre Deputado Nelson Luersen, que aqui está entre nós; vi agora há pouco o Ex-Deputado Péricles, enfim, todos que estão aqui. Na última quinta-feira, tivemos a formatura de 419 soldados, bombeiros militares. Além disso, ciente da necessidade extrema da melhora desse quadro, o Governador já autorizou a contratação de mais 130. Entendemos a importância que o Corpo de Bombeiros tem para o Estado do Paraná e está autorizado. Quero parabenizar esta mulherada fantástica. Tenho um orgulho muito grande do trabalho que vocês fazem. A nossa Casa é composta por 10 mulheres. Hoje tivemos o lançamento do

programa que conta com o apoio da Assembleia e do Governo do Estado, que é o programa *Caravana Paraná Unido pelas Mulheres*, que é coordenado pela Secretaria da Deputada Leandre. Qual é o foco? A defesa e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população feminina. Todas as questões estarão voltadas para auxiliar as administrações municipais a montarem estruturas de gestões focadas nas mulheres. Não significa que um Prefeito tenha que necessariamente montar uma Secretaria; as vezes é uma Prefeitura pequena, não tem essa condições, mas um departamento, Sr.^{as} Deputadas, mostra boa vontade de focar nas políticas públicas voltadas às mulheres. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, quero parabenizar as nossas mulheres da Casa, todas aqui. Parabéns a vocês. É uma conquista de vocês que temos que ressaltar aqui. Senhor Presidente, quero também dizer que mantive um contato agora pouco com a Deputada Ana Júlia. Esteve no meu gabinete o Deputado Tadeu Veneri, Deputado Federal, que tenho uma boa lembrança dele aqui, uma ótima relação. Esteve comigo agora o Professor Lemos, há dias também. Quero dizer aqui em alto e bom som, Sr.^s Deputados. Atenção! Escutem-me: É improcedente, Deputada Márcia, essa falácia que corre por aí de que existe uma lista de 400 diretores que serão demitidos. Não é verdade! Não é verdade. O que ocorre é que temos uma lei e que essa lei trata de alguns aspectos do desempenho do diretor, presença de alunos e tal, e foram incluídos nesse processo cerca de quatro ou cinco escolas. Foram. Uma delas, inclusive, o diretor já vai ser reconduzido. Por quê? Quando da feitura do processo, ele demora, e até agora os números já foram alcançados pela escola de Almirante Tamandaré. Acredito que as demais três ou quatro escolas vão sofrer o mesmo processo. Portanto, podem ficar seguros disso. Mais ainda, como garantia, nós da Comissão de Educação, na quarta-feira, estamos marcando, às 8h30 da manhã, uma reunião com o Secretário da Educação Roni para que possamos aprofundar este debate em relação a esta questão tão importante. Então, na quarta-feira, às 8h30 da manhã, teremos um debate aqui na Comissão de Educação. Os demais colegas que quiserem participar, está franqueado a todos, para que possamos aprofundar. Acho que o diretor que é legitimamente escolhido pela sociedade, tem que ser respeitada essa

decisão. Eventualmente, um caso ou outro que vamos analisar no processo. Mas, vejam, este caso de Almirante Tamandaré foi reconduzido, vai ser reconduzido. Aí houve um contexto um pouco mais complexo ali. Esses processos correm em sigilo, tem direito a ampla defesa, ao contraditório, mas posso garantir para vocês que esse número de 400 não existe. Quando muito, são cinco ou seis escolas que estão passando por esse processo. Ademais, Sr. Presidente, gostaria de dizer que desejamos a todos vocês uma semana abençoada. A Liderança do Governo está à disposição de todos, ainda que não estejamos em condições adequadas para receber vocês, porque estamos em construção, a Liderança da Oposição também. A Liderança da Oposição literalmente está caindo na minha cabeça ali, mas já está sendo recomposta! Claro que é uma brincadeira. Acho que dentro de duas semanas tanto a Liderança da Oposição quanto a Liderança do Governo estarão voltando à normalidade. O meu gabinete é ali no Salão Nobre. Algumas vezes parece uma verdadeira rodoviária, todos os setores estão juntos, mas jamais deixo de atender alguém. Obrigado e uma boa semana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas. O nosso Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, que me antecedeu, já antecipou um pouco o assunto que gostaria de falar nesta tribuna hoje, que o Professor Lemos também trouxe para nós, que é em relação às escolas do Estado do Paraná que estão sofrendo com a destituição dos seus diretores e diretores auxiliares legitimamente eleitos. E fico feliz com o pronunciamento do Deputado garantindo o retorno do diretor do colégio de Almirante Tamandaré, mas quero também pedir a garantia de todos os diretores, porque, infelizmente, o que tem acontecido é um atentado à gestão democrática das nossas escolas. A conquista da gestão democrática, de eleger os diretores, de ter grêmios estudantis, de ter um ambiente saudável dentro da educação é muito importante para os nossos estudantes, para os nossos professores e para todos aqueles que acreditam na educação pública de qualidade, na educação pública

que esteja de fato a serviço das pessoas. E é necessário que reconheçamos que tal medida do Governo do Estado de corrigir os seus erros e de restituir esses diretores não é por pura e mera consciência, é porque houve muita mobilização dos professores, desses diretores, das comunidades escolares, que foram brutalmente atacadas em ter os seus votos desrespeitados, e dos estudantes que, desde o momento em que souberam que seus diretores foram tirados das escolas, têm se mobilizado, têm se unido e têm mostrado a importância da gestão democrática, a importância da escola pública com democracia e com valorização do voto. Não é possível que o Governo do Estado trate a educação com tanto desdém que inclusive, por meio de Decreto, tira o que esta Casa aprovou em lei e que, por meio de Decreto, esteja mudando as reais competências dos diretores e diretoras. Deputado Hussein Bakri, que além de Líder do Governo é Presidente da Comissão de Educação, é muito importante, sim, restituirmos esses professores, mas, mais do que isso, é mudar os critérios da Seed, que não correspondem à verdadeira condição e à verdadeira competência do diretor dentro da escola, que tem que ter uma boa gestão, que tem que conseguir ter um bom diálogo com os estudantes, que tem que conseguir promover boas atividades dentro da escola, atividades alternativas, cursinhos pré-vestibulares e tantas outras coisas que os nossos diretores e professores fazem, porque, infelizmente, não tem o devido apoio e a devida atenção da Secretaria Estadual de Educação e do Governo do Estado. É preciso para a educação pública paranaense mais valorização daqueles que estão no chão da escola pública, dos professores, dos diretores, dos funcionários de escola, dos estudantes. E neste último período, em que temos debatido tanto o reajuste salarial, que temos debatido tanto a valorização dessas carreiras, ver esses diretores sendo tirados de suas funções que foram democraticamente eleitos por não cumprirem requisitos que sequer fazem parte da sua função e que é praticamente impossível quando consideramos a verdadeira realidade da escola pública, é muito triste. Quando falamos da escola pública, temos que lembrar que estamos falando muitas vezes de estudantes que têm a sua melhor refeição do dia dentro da escola, estamos falando de estudantes que trabalham, estamos falando de famílias em situação de vulnerabilidade social,

que cumprir alguns desses requisitos não é porque eles não querem, é porque muitas vezes não há as devidas condições. Muitas vezes, a família não tem o devido acesso à saúde, os pais não têm o devido acesso ao emprego e à renda. É preciso entender a realidade da educação pública paranaense, é preciso entender a realidade dos nossos estudantes e a realidade dos diretores, dos professores, da equipe pedagógica e dos estudantes. O que a Secretaria de Educação precisa fazer é valorizar os professores, é chamar concurso público que de fato dê conta da demanda que não está sendo suprida e que os professores têm pedido. É preciso melhorar os salários, é preciso dar infraestrutura para as escolas, é preciso entender que não faz parte da realidade de todos os estudantes a plataformização e as metas que são muitas vezes inalcançáveis porque não se teve a devida adaptação, porque não se teve o devido processo do Plano Político-Pedagógico, porque não se teve o interesse de perguntar a esses estudantes e a esses professores se era isso que de fato eles precisavam e se era isso que de fato eles queriam. Fico muito feliz hoje com o pronunciamento do Deputado Hussein, que garante que os diretores irão retornar a seus cargos, dos quais foram legitimamente eleitos. Mas, acima disso, parabenizo os diretores, que não abaixaram a cabeça e defenderam aquilo para o que eles foram eleitos, os estudantes, que estão mobilizados, porque é só com a mobilização dos estudantes que garantimos a gestão democrática e a democracia dentro das escolas e dentro da educação, e os professores, que todos os dias dentro de sala de aula dão a sua vida para o ensino, para o aprendizado e para a formação da nossa sociedade. A esses profissionais, a esses estudantes, parabéns. Nós só vamos construir a educação pública de qualidade e emancipadora com a força de vocês. Parabéns e muito obrigada pela dedicação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Delegado Jacovós (PL), conforme Art. 97, § 3º I, do Regimento Interno; Gilberto Ribeiro (PL), conforme art. 97 § 3º IV do Regimento Interno; Paulo Gomes (PP), conforme art. 104 I do Regimento Interno; Ricardo Arruda (PL), conforme Art. 104, I § 1º do Regimento Interno e Samuel Dantas (PROS), conforme art. 104 I § 3.] IV do Regimento Interno (5 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Cristina Silvestri (PSDB) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 442/2023**, do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de utilidade pública para a Associação Solidária às Pessoas Autistas – Aspas, com sede no município de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 443/2023**, do Deputado Professor Lemos, que concede o título

de utilidade pública à Associação de Horticultores de Jacarezinho – AHORJA, com sede no município de Jacarezinho; **Autuado sob o n.º 444/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que altera a Lei n.º 11.252, de 20 de dezembro de 1995, que criou o município de Pontal do Paraná, desmembrado do município de Paranaguá; **Autuado sob o n.º 445/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que denomina de Helmuth Priesnitz o Colégio Agrícola Estadual do município de Toledo (Centro de Estudos e Desenvolvimento Agropecuário); **Autuado sob o n.º 446/2023**, do Deputado Luís Corti, que concede o título de utilidade pública ao Instituto para o Desenvolvimento do Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente – Indestur; **Autuado sob o n.º 447/2023**, do Deputado Hussein Bakri, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Prevenção da Bronquiolite no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

Cinco Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 196/2022, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima, Flávia Francischini, Fabio Oliveira, Artagão Junior, Gilson de Souza e Delegado Tito Barichello, que reconhece o evento Marcha para Jesus como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 545/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede título de utilidade pública à Associação Nossa Senhora da Divina Providência, com sede no município de Cambará.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 67/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que declara a cultura pop como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 241/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia, que dispõe sobre o reconhecimento das batalhas culturais de rima enquanto patrimônio cultural imaterial no Estado do Paraná e dá outras providências.

ITEM 5 – Redação final do Projeto de Lei n.º 246/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto Recrutando Vidas, com sede no Município de Londrina.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 6 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 228/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/2023, que altera a Lei n.º 17.504, de 11 de janeiro de 2013, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná e o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, e a Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio

Oliveira, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 507/2021, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Nilton dos Santos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (41 Deputados); **Votou Não:** Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral

(12 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 507/2021.

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 468/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o mês de conscientização, valorização e defesa das pessoas com nanismo, a ser celebrado anualmente no mês de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”. O Deputado Estacho pediu para agradecer o Projeto também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Estacho?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ligou de Brasília parabenizando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ah, tá. Mas me parece que o Projeto é do Deputado Alexandre Curi, ou o Estacho está junto?

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Sugestão do Estacho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A estatura é mais ou menos igual. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luís Corti, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e

Samuel Dantas (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 468/2022. Quarenta e três votos com o voto do Deputado Luís Corti. Está aprovado o Projeto.

Os Itens 9, 10 e 11 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 370/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 67/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Umuarama, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 371/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 68/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 372/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 69/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, até para organização de todos os Deputados e Deputadas que necessitam comprar passagens para se deslocarem ao Interior. Como teremos um feriado dia 8, iremos fazer a Sessão antecipada na terça-feira, as duas Sessões, na semana que vem. Ok? A Sessão de quarta faremos antecipada na terça-feira. Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio

*Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 279/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede título de utilidade pública para a Associação Professor Geraldo Trajano de França – Aproge, situada no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Como é que é, Líder do Governo? Vossa Excelência está murmurando aí.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vossa Excelência fala que são matérias correlatas, daí...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Correlatas? Tem similaridade, melhor dizendo. Gostou?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, por favor.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSD): Quero usar deste expediente para registrar a presença dos servidores da Agência Nacional de Mineração aqui nesta Casa, que se encontram em movimento, em um protesto pelo descaso à Agência, que busca a equiparação junto com as demais 11 que compõem o conjunto das agências reguladoras do Brasil. Fica consignado aqui a nossa solidariedade ao movimento e ao protesto que fazem para o reconhecimento. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sejam bem-vindos à Casa.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Presidente Traiano, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, acabei chegando só agora para fazer parte da votação, mas gostaria, em meu nome, de minha família, do MDB do Paraná, comunicar oficialmente o lamento do falecimento da dona Regina Pessuti, Ex-Primeira-Dama do Paraná, que nos deixou quinta-feira passada. Advogada Regina Fischer Pessuti, casada com Orlando Pessuti, casal que dirigiu o Governo do Estado dos anos de 2010 a 2011. Deixou três filhos: Felipe, Moisés e Bruno Pessuti, que é Vereador na capital, três netas e seis netos. Ela ingressou como Consultora Jurídica na Assembleia Legislativa do Paraná em 1985, função na qual se aposentou. Por isso, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, a história de devoção do Orlando Pessuti à sua amada Regina foi algo que me marcou. Nós convivemos e estamos convivendo mais próximos nesses últimos dois anos, a devoção e a vontade de ajudá-la. Não poderia deixar em branco e fazer um voto de pesar. Peço que todos os Parlamentares possam também assinar conjuntamente, para que façamos uma homenagem justa a essa mulher que sempre foi companheira do nosso amigo Orlando Pessuti, servidora da Casa. Que Deus possa confortar o coração daqueles que ficam, e ela tenha muita luz para poder crescer. Por isso, agradeço, Presidente Traiano, para que pudéssemos fazer esta simbólica homenagem e valorizar uma família que muito contribuiu para o Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Muito bem lembrado, Deputado Anibelli. Inclusive, no final de semana, conversei com o Ex-Governador Pessuti, o seu filho Moisés. Disponibilizamos a Casa para o velório, mas era uma vontade dela não ser velada aqui, e foi velada em outro local. Os nossos sentimentos também à família enlutada, até porque ela foi servidora da Casa. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Maria Victoria, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 279/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável da Deputada Maria Victoria.)**

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 290/2023, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Transforme Sorrisos, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Amanhã teremos Audiência Pública com o Secretário da Fazenda. Todo o material já está

disponibilizado no site da Assembleia, à disposição dos Sr.s Deputados e Deputadas.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Senhor Presidente, gostaria de registrar meu voto favorável no Item 12.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada Maria Victoria. Será registrado. Deputado Corti, vai votar, por favor? Deputado Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 290/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos dos Deputados Ademar Traiano e Alexandre Curi: **Requerimento n.º 1125/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 468/2022; e **Requerimento n.º 1126/2023**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 370, 371 e 372/2023, da Ordem do Dia da Sessão

Ordinária. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.os 1101, 1102 e 1110/2023, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à atleta de Beach Tennis, Rafaela Müller; à atleta de Beach Tennis, Vitória Cristina Carneiro Marchezini; e ao EAAJ - Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos da UEL – Universidade Estadual de Londrina; **Requerimento n.º 1103/2023,** do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, requerendo a expansão das ações da campanha “Tampinha Solidária”, promovida pela Assembleia Legislativa do Paraná, implantando coletores de arrecadação nas instituições de ensino estaduais e municipais; **Requerimento n.º 1104/2023,** do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações para a Sr.^a Emanuelle Aguiar Araújo, geógrafa e Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência; **Requerimento n.º 1105/2023,** do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama do Paraná, Regina Fischer Pessuti, ocorrido no dia 25 de maio de 2023; **Requerimento n.º 1106/2023,** do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Regina Fischer Pessuti, ocorrido no dia 25 de maio de 2023; **Requerimentos n.os 1107 e 1108/2023,** da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao Pastor Hermes Feitosa de Lima e sua amada esposa, irmã Raquel Taborda Lima; e ao Pastor Jeferson Linzmeyer; **Requerimento n.º 1109/2023,** do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de moção de apoio à tramitação e aprovação do Projeto de Lei n.^º 10.291/2018, que altera a Lei n.^º 13.022, de 8 de agosto de 2014, Estatuto Geral das Guardas Municipais; **Requerimento n.º 1111/2023,** do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando

o envio de moção de apoio à tramitação e aprovação da PEC n.º 275/2016, que inclui a Guarda Municipal entre o órgão de Segurança Pública; **Requerimento n.º 1112/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de moção de apoio à tramitação e aprovação da PEC n.º 534/202, que altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da Guarda Municipal e criação da Guarda Nacional; **Requerimento n.º 1113/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson Leônicio Teixeira, encaminhando ofício n.º 21 do município de Quedas do Iguaçu, requerendo a disponibilização de 2 cães da raça Pastor Belga de Malinos, a ser destinado para o Pelotão de Choque da Polícia Militar de Cascavel para atender a demanda na área de segurança pública na região; **Requerimento n.º 1130/2023**, dos Deputados Gugu Bueno, Batatinha e Márcio Pacheco, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Diretores, Comissão Técnica e atletas do time Adecca – Cascavel Futsal, pelo Bicampeonato da Libertadores da América de Futsal, conquistando no dia 28 de maio de 2023, em Caracas, Venezuela; **Requerimento n.º 1131/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações ao Delegado de Polícia Civil, Dr. Silas Roque dos Santos e sua atuante equipe, pelos brilhantes serviços prestados no combate ao crime organizado, enfrentamento ao crime violento e proteção à população paranaense; **Requerimentos n.os 1132 e 1133/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento: do Vereador Antônio Santo Graff; e do professor Onofre Aparecido da Silva; **Requerimento n.º 1135/2023**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Samuel Dantas, Doutor Antenor, Arilson Chiorato, Gilberto Ribeiro, Ana Júlia e Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia, requerendo providências, com a urgência que o caso requer, para uma investigação completa que debele todas as células nazistas instaladas no Estado do Paraná; **Requerimentos n.º 1136/2023**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Samuel Dantas, Doutor Antenor, Gilberto Ribeiro, Ana Júlia e Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao

Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Cel. Hudson Leônio Teixeira, requerendo providências, com a urgência que o caso requer, para uma investigação completa que devele todas as células nazistas instaladas no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1137/2023**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Elio Marino Bobato, ocorrido no dia 26 de maio de 2023; **Requerimento n.º 1138/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Secretário Estadual da Secretaria da Segurança Pública - Sesp, requerendo a implantação da Delegacia da Mulher no município de Campo Largo; **Requerimento n.º 1139/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências urgentes para a instalação de sinalização de trânsito no trecho que liga os municípios de Primeiro de Maio, Sertanópolis e Sertaneja, na rodovia PR-437 com a PR-323, e iluminação no trevo do recente viaduto construído; **Requerimento n.º 1140/2023**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando menção honrosa ao professor Wanderley Antônio Lopes Barbon, professor de grande representatividade para a educação do Estado.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1116/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 424/2023, que dispõe sobre a criação do núcleo de Comunicação aos familiares de Vítimas Fatais - NCF, que está tramitando e é de sua autoria; **Requerimento n.º 1117/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 896/2019; **Requerimento n.º 1119/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Requião Filho, Arilson Chiorato, Ana Júlia, Luciana Rafagnin, Renato Freitas, Goura, Doutor Antenor, Evandro Araújo, Moacyr Fadel, Luiz Cláudio Romanelli, Cristina Silvestri e Tercílio Turini, requerendo a alteração do requerimento do nome da “Frente Parlamentar da Economia Solidária” para “Frente Parlamentar da Agroecologia e da Economia Solidária”; **Requerimento n.º 1123/2023**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando autorização para se ausentar

do País no período de 2 a 11 de junho de 2023, em viagem para Israel, para cumprimento de agendas relativas à agricultura, organizadas pela Faep, representando o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 1124/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Bazana, Mabel Canto e Maria Victória, solicitando a inclusão dos Deputados Ney Leprevost, Bazana e Mabel Canto como coautores do Projeto de Lei n.º 426/2023, de autoria da Deputada Maria Victória; **Requerimento n.º 1128/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 133/2023; **Requerimento n.º 1129/2023**, dos Deputados Ademar Traiano, Ney Leprevost, Alexandre Curi, Mabel Canto, Soldado Adriano José, Matheus Vermelho, Luís Corti, Gilberto Ribeiro, Cloara Pinheiro, Márcia Huçulak e Delegado Tito Barichello, requerendo o envio ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Superior Tribunal de Justiça e à Presidência da República de Moção de Apoio ao nome do II.^{mo} Doutor Sandro Gilbert Martins para o preenchimento da vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 1121/2023, dos Deputados Bazana e Luiz Cláudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 21 de agosto de 2023 pelo Sr. Alexandre Augusto Botareli Cesar, Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, e pelo Sr. João Afonso Germano Filho, Presidente da Federação Estadual das Instituições de Reabilitação do Estado do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 1114/2023**, do Deputado Samuel Dantas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias a partir do dia 23 de maio de 2023, por 14 dias.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1115/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na

Sessão Plenária do dia 24 de maio de 2023; **Requerimento n.º 1127/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 17 de maio de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1118/2023**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24 de maio de 2023; **Requerimento n.º 1120/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 a 17 de maio de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1122/2023**, do Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22 a 24 de maio de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1134/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24 de maio de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a tratar...

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, quero usar deste expediente, com vossa permissão, para convocar os Deputados que compõem a Comissão de Minas, Energia e Água para fazerem uma reunião agora, para discutirmos os Requerimentos n.ºs 801 e 835. Convocação feita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, Deputado Corti.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 30 de maio de 2023, às hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia: Audiência Pública para Apresentação dos Dados Relativos ao Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2023 da Sefa – Secretaria de Estado da Fazenda.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h35, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)